

Inserção Comercial Externa via Exportação de *Commodities* e Especializações Produtivas: o caso da Região Norte do Brasil.

Soraia Aparecida Cardozo¹
Bárbara Afonso Avelino²
Carlos Alves do Nascimento³

ÁREA 6: CAPITALISMO E ESPAÇO

Apresentação: Seções Ordinárias

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise de alguns efeitos da inserção da região Norte do Brasil no comércio internacional nos anos 2000. Primeiramente, mostra-se como a região Norte ganha participação no comércio internacional principalmente em virtude da ampliação das exportações de produtos provenientes da indústria extrativa e da agropecuária. A exportação de *commodities* eleva-se com o aumento das relações comerciais entre a região Norte do Brasil e a China. Por fim, apresenta-se uma análise da estrutura econômica regional, identificando as limitações das atividades de comércio internacional para geração de emprego e renda na região, assim como possuem limitados efeitos dinâmicos de encadeamento com outras atividades.

Palavras-chave: estrutura produtiva regional; especializações produtivas; desenvolvimento regional.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of some effects of the insertion of northern Brazil in international trade in the 2000s. Firstly, it shows how the North region earns participation in international trade mainly due to the expansion of exports of products from the extractive industry and agricultural sectors. The export of commodities rises with the increase in trade relations between the northern region of Brazil and China. Lastly, it presents an analysis of the regional economic structure, identifying constraints to the international trading activities to generate employment and income in the region and have limited dynamic chaining effects with other activities.

Key-words: regional productive structures; productive specializations; regional development.

Introdução

Nos anos 1990, a política de abertura comercial e apreciação cambial tiveram impactos significativos nas características da inserção externa brasileira e na sua estrutura produtiva. Houve uma tendência a uma especialização regressiva da economia à medida que os setores intensivos em recursos naturais e trabalho ampliaram sua importância em detrimento de diversos setores intensivos em capital e tecnologia (CARNEIRO, 2002).

¹ Professora Adjunta – Instituto de Economia/Universidade Federal de Uberlândia.

² Mestranda PPGE/IEUFU.

³ Professor Associado - Instituto de Economia/Universidade Federal de Uberlândia.

O processo crescente de transnacionalização levou Furtado (1992) a alertar que, ao se privilegiar a integração com os mercados internacionais como motor do crescimento em detrimento da formação do mercado interno, existiria o risco de redução das sinergias geradas pela interdependência das distintas regiões do país. Em suma, segundo o autor, esse processo inviabilizaria o país como um projeto nacional.

Após 2004, o ciclo expansivo das *commodities*, puxado, especialmente, pela expansão da demanda chinesa, além do crescimento e fortalecimento do mercado interno, tiveram importantes impactos sobre a economia brasileira. Entretanto, apesar de ações políticas no sentido de redução da pobreza, ampliação do poder de compra da população de mais baixa renda e políticas distributivas, o problema das elevadas taxas de juros e da apreciação cambial não foram enfrentados adequadamente. Abre-se um ciclo de crescimento do PIB no período 2004 a 2008 em que a economia brasileira cresceu 4,8%, mas muitos autores apontaram para os riscos de um possível processo de reprimarização da pauta exportadora e de uma desindustrialização do país.

Diante desse processo mais geral da economia brasileira, ocorreram significativos impactos em sua dinâmica regional, pois, como destaca Cano (2011), no período 1989 a 2003 houve uma expansão da fronteira agrícola e mineral em virtude da intensificação da exploração de recursos naturais nas regiões Norte e Centro-Oeste (exceto Distrito Federal). Esse processo, aliado a um maior processo de urbanização, provocou também a desconcentração do setor de serviços.

No período pós 2004, há a consolidação dos complexos minerais e agropecuários, com intensificação do uso do território para essas atividades econômicas, ao mesmo tempo em que há um fortalecimento do mercado interno. As regiões Norte e Centro-Oeste, em virtude da expansão da fronteira agrícola e mineral, juntamente com Nordeste, são as que mais ampliarão participação no PIB nacional.

Diante dessas tendências, o objetivo principal deste artigo é investigar quais são as principais transformações na estrutura produtiva da região Norte do país decorrentes da inserção comercial da região em um contexto de intensificação do dinamismo do comércio internacional no Brasil a partir de 2004. De forma mais precisa, indagou-se quais foram as transformações na economia daquela região no que diz respeito à geração de emprego, remuneração da força de trabalho e estrutura produtiva desencadeadas pelas atividades exportadoras mais dinâmicas, que intensificam o uso do território nas regiões de fronteira agrícola e extrativa⁴.

O grande peso das atividades de extração mineral e vegetal, voltadas para a exportação, na região Norte do país, justifica o recorte territorial proposto neste artigo. Trata-se, também, de uma

⁴ Sobre os impactos regionais do comércio exterior brasileiro, ver, entre outros, importantes estudos realizados por Macedo (2010a, 2010b e 2011).

região de expansão das atividades agropecuárias, principalmente pela expansão da produção de soja, além da pecuária. Ademais, a região apresenta uma outra importante conexão com o exterior via Polo Industrial de Manaus (PIM), mas, neste caso, configura-se como uma importante importadora de componentes para a indústria de transformação.

Além desta introdução, o artigo está estruturado em quatro seções e as considerações finais. Na primeira seção apresentam-se apontamentos breves sobre a dinâmica regional brasileira com ênfase nos debates acerca da continuidade ou não de um processo de desconcentração industrial no Brasil. A seção dois tem como objetivo explicitar como a região Norte do país se articula à economia nacional. Na terceira seção analisa-se dados da SECEX/MIDIC para ilustrar a dinâmica exportadora das Unidades da Federação da região Norte, com o intuito de identificar quais são os produtos que se destacam, quais são os estados que apresentam maior participação nas exportações da região. A quarta seção apresenta dados das Contas Regionais, da Pesquisa Industrial Anual (PIA) e da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios (PNAD), do IBGE, com o intuito de apreender quais são as possíveis transformações espaciais decorrentes da inserção externa regional em termos de estrutura produtiva, emprego e renda.

A partir da identificação dos setores exportadores mais dinâmicos analisaremos se o crescimento do comércio internacional se revela na estrutura produtiva, na estrutura do mercado de trabalho e no nível salarial dos trabalhadores. Esses dados permitirão analisar se a região eleva sua participação nacional na produção dos principais produtos voltados para exportação, se a estrutura produtiva regional se altera em decorrência da inserção comercial externa, se a dinâmica exportadora é geradora de empregos e se há elevação da massa de salários para a região norte para as atividades que mais se destacam no comércio exterior.

1. Breves apontamentos sobre a dinâmica regional brasileira a partir dos anos 1990.

A industrialização brasileira levou a uma grande concentração das atividades econômicas, conseqüentemente do emprego e da renda, na região Sudeste, mais precisamente no estado de São Paulo. Este último consolidou-se como o núcleo do processo de acumulação nacional, tendo capacidade de comandar o processo de articulação do mercado interno, tanto em sua fase comercial, quanto em sua fase de articulação produtiva⁵.

⁵ Em relação ao processo de integração regional que se intensifica a partir de 1930, Cano (2008) ressalta três processos que ocorrem simultaneamente. “Os de *bloqueio*, no sentido de que a periferia não pode repetir o processo histórico do desenvolvimento de São Paulo. Esse efeito pode ser parcialmente comandado mediante decisões macropolíticas de inversão tomadas pelo governo federal. Os de *destruição*, que se manifestam pela concorrência que empreendimentos mais eficientes implantados pelo capital do polo possam fazer aos similares periféricos, que operam com técnica obsoleta ou outro tipo de desvantagem concorrencial. Os de *estímulo*, que se manifestam pela ampliação do grau de complementariedade (agrícola ou industrial) inter-regional. A análise do processo – de 1930 a 1970 – permitiu-nos concluir que os efeitos de estímulo superaram largamente os de destruição” (CANO, 2008, p. 12-13).

O processo de desconcentração regional a partir dos anos 1970 não reverteu o poder de comando do estado de São Paulo ao reforçar a articulação do território nacional em torno de um sistema central, núcleo do processo de acumulação, e uma periferia que se articulava cada vez mais a ele, mas sem condições de formação de núcleos industriais autônomos. O país vai constituindo um sistema urbano-regional bastante complexo, marcado pelas desigualdades territoriais, mas também marcado por grandes heterogeneidades intrarregionais.

A complexidade dos problemas regionais brasileiros aumenta com a crise da dívida externa nos anos 1980 ao desconstruir as políticas de desenvolvimento regional, um dos pilares que permitiram o processo de desconcentração nos anos 1970. Soma-se à crise fiscal e financeira do Estado Nacional um processo de abertura e privatizações, além do baixo crescimento da economia nacional e ao processo inflacionário.

Nos anos 1990, em virtude das transformações que levaram ao esgotamento do padrão de desenvolvimento adotado no Brasil desde os anos 1930, a problemática regional ficou ainda mais complexa. Pacheco (1998) considera que no período 1980-1995 houve continuidade da desconcentração industrial, mas a característica mais relevante do processo foi a configuração de maior heterogeneidade das estruturas produtivas regionais, com intensificação de algumas especializações regionais. O autor considera, ainda, que este processo se deu “mais sob a forma de uma flagrante fragmentação da economia nacional, do que no crescimento solidário das regiões, com acréscimo de capacidade produtiva nos principais espaços produtivos econômicos da nação” (PACHECO, 1998, p. 226).

A justificativa de tal análise é feita pelo autor a partir da argumentação de que os processos observados nos anos 1990 não corresponderam mais à construção do mercado interno e integração da estrutura produtiva, de forma a se reforçar os nexos de solidariedade e complementaridade inter-regional. Para o autor, os anos 1990 colocaram um grande desafio, visto que houve uma divergência de interesses moldados pela possibilidade de integração internacional competitiva. Nesse sentido, o autor defende que houve uma tendência à fragmentação da nação como resultado da dinâmica de acumulação de uma economia aberta em que os vínculos regionais diretamente com o exterior se desenvolveriam com mais força que os vínculos regionais dentro do espaço econômico nacional.

Em outra perspectiva de análise, Diniz (2005) destaca elementos que parecem atenuar a possibilidade de continuação do processo de desconcentração industrial: crise econômica nas décadas de 1980 e 1990, com redução dos novos investimentos, considerados os catalisadores do processo de desconcentração; transformações tecnológicas, com tendência à reconcentração de atividades mais modernas na área mais desenvolvida do país; redução dos investimentos em infra-

estrutura; orientação da política econômica nos anos 1990 no sentido da abertura externa e privatizações.

Diniz e Crocco (1998) ressaltam que as mudanças tecnológicas, a criação do MERCOSUL e a mudança do papel do Estado foram transformações estruturais que influenciaram as estruturas produtivas regionais no sentido de uma reconcentração geográfica no Centro-Sul do país. Trata-se, segundo os autores, da fração do território nacional em que mais surgem novas áreas industriais, principalmente em médias e pequenas cidades.

Diniz e Crocco (1998) destacam que o processo de desconcentração nos anos 1990 seguiu os eixos do interior paulista, dos estados do sul e da região central de Minas Gerais.

As áreas industriais, dispersas no resto do território nacional, ou bem formam parte de antigas áreas industriais vinculadas a uma grande concentração populacional em regiões de antiga ocupação – como Salvador, Recife, Fortaleza, Belém -, ou nasceram e se desenvolveram nas últimas décadas graças à base de recursos naturais, inclusive agrícolas, ou aos sistemas de incentivos fiscais regionais (DINIZ e CROCCO, 1998, p.164).

Cano (2008 e 2011), em uma análise que considera os impactos das políticas macroeconômicas das últimas duas décadas sobre a estrutura produtiva nacional apresenta o exame detalhado do setor primário, terciário, indústria extrativa, indústria de transformação, construção civil, na tentativa de decifrar quais foram as mudanças nas estruturas produtivas regionais. Para o período 1989 a 2003, esse autor destaca que houve uma desconcentração das atividades agropecuárias e de extração mineral para a região Norte e Centro Oeste (exceto Distrito Federal). Por outro lado o autor alerta para os efeitos da guerra fiscal e da abertura comercial sobre a capacidade de articulação entre São Paulo e demais unidades da federação. Para o autor, houve um enfraquecimento dessa articulação na indústria de transformação, além de importações que substituíram a produção interna, quebrando elos de cadeia produtiva.

O período a partir de 2004, surgem novas complexidades para compreensão do padrão de acumulação brasileiro e para a interpretação de suas dinâmicas territoriais. A elevação da capacidade de crescimento no período 2004-2010 em comparação com as décadas anteriores está relacionada a um conjunto de fatores explicativos do ciclo expansivo: *boom* das *commodities*, políticas distributivas, fortalecimento do mercado interno, políticas de infraestrutura, entre outros.

Cano (2011) destaca a continuidade da desconcentração das atividades extrativas minerais, com consolidação da expansão da fronteira agropecuária no Norte e Centro Oeste e aumento da produção agrícola voltada para exportação na Bahia, Maranhão e Piauí. Houve a consolidação do complexo de Carajás em virtude da grande expansão da demanda internacional por minério de ferro e a estratégia da Vale de intensificação de suas atividades no Pará. Outro fator importante para

entender a dinâmica regional consiste na expansão da extração de petróleo nos estado do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Norte.

A Tabela 1 registra uma redução da participação relativa da região Sudeste no PIB nacional no período 1999 a 2012. A região Norte passa de uma participação de 4,2% no PIB nacional em 1999 para 5,3% em 2012. No período 1999 a 2003, as Unidades da Federação dessa última região que mais ampliaram seu peso no PIB nacional foram Amazonas e Pará, sendo que, no período 2003-2012, o estado do Pará teve o melhor desempenho. Esse desempenho, como veremos adiante, é explicado, em grande medida, pela expansão das atividades de extração mineral.

Tabela 1: Participação do PIB das macrorregiões brasileiras no PIB nacional, 1999-2012.

	1999	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Norte	4,2	4,4	4,7	4,8	5,0	5,0	5,1	5,0	5,1	5,0	5,3	5,4	5,3
Nordeste	12,5	12,5	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1	13,5	13,5	13,4	13,6
Sudeste	58,2	58,3	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0	55,3	55,4	55,4	55,2
Sul	16,4	16,5	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6	16,5	16,5	16,2	16,2
Centro-Oeste	8,8	8,4	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2	9,6	9,3	9,6	9,8
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Contas Regionais, IBGE.

Vemos, portanto, que há uma desconcentração produtiva em direção às região Norte, Nordeste e Centro Oeste do país e que esse movimento explica-se, em grande medida, no caso de Norte e Centro Oeste, pela inserção dessas região nos circuitos internacionais de comércio. Entretanto, como será analisado no próximo item, esse dinamismo não abrange a região Norte como um todo, mas algumas frações do seu território, à medida que essa região é bastante complexa, com grandes áreas de preservação ambiental e com presença de especializações produtivas distintas.

2. A Região Norte no Contexto Nacional

Até meados do século XX a região Norte tinha sua base produtiva bastante ligada à atividade extrativa. No período de 1965 a 1985, através do Programa de Ocupação Nacional, investimentos públicos em infraestrutura, criação da Zona Franca de Manaus, Projeto Carajás, entre outros, vão transformando a forma de integração da região às dinâmicas do mercado nacional e internacional. Segundo Macedo (2010), esse processo criou especializações produtivas no interior da região Norte com baixa ou nula conexão entre si, mas muitas vezes conectadas com o restante do país ou com o exterior.

Becker (2005, p. 208) ressalta que a ocupação da Amazônia⁶ trouxe um conjunto de mudanças: 1) na conectividade da região, com maior conexão local-global; 2) na economia, com a implantação de um polo industrial em uma região predominantemente extrativista, além dos efeitos

⁶ A Amazônia Legal corresponde a 57,4% do território brasileiro e engloba os estados da região Norte, e amplas extensões do cerrado do Mato Grosso e Maranhão (Becker, 2005, p. 201).

econômicos da intensificação da extração mineral; 3) uma intensa urbanização com o deslocamento de pessoas que viviam nas margens dos rios para beira de estradas; 4) além de mudanças na sociedade daquela região. Nos anos 1990, vários projetos com financiamento externo foram implementados na Amazônia, como por exemplo o Sipam-Sivam, Programa Piloto para proteção das florestas tropicais brasileiras, o Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment in the Amazon.

Os efeitos desse processo de ocupação e exploração econômica do território transformou a realidade da região, ampliando o grau de urbanização. Segundo Becker, a região configura-se como uma floresta urbanizada, visto que em 2000 mais de 60% da população vivia em núcleos urbanos.

Segundo IBGE (2008), a região Norte possui ausência de níveis hierárquicos intermediários de cidades, sendo Manaus e Belém os municípios que exercem maior influência sobre a região. Algumas mudanças detectadas foram o maior adensamento de territórios que antes apresentavam ocupação rarefeita e fortalecimento das capitais estaduais. Ademais,

Manaus, que anteriormente dividia a extensa área abrangida por Belém, tem sua área dividida pela ascensão de Porto Velho que, incorporando a rede de Rio Branco, passa a vincular-se, preferencialmente, não a Manaus, mas a São Paulo e Brasília. (...) A rede de Manaus perde território e novos centros consolidam-se, adensando-se as ligações pelo fracionamento municipal. Palmas, além de assumir a função de capital do novo estado, demonstra forte centralidade e, embora se mantenha na região de influência de Goiânia, efetivamente articula sua própria rede, na qual Araguaína divide uma região de influência com Marabá no sul do Pará, na área de Redenção, antes diretamente subordinada a Belém. (IBGE, 2008, p. 16).

As atividades econômicas mais importantes da região Norte são o extrativismo vegetal, a atividade industrial no Polo Industrial de Manaus, a extração mineral, a pecuária e a cultura de soja. Segundo Becker (2005, p. 212),

Com respeito ao uso da terra, a emergência de novos padrões se sobrepõe aos padrões tradicionais. Por um lado, persiste a reprodução do ciclo de expansão da pecuária / exploração da madeira /desflorestamento. Mas este não é feito mais de forma tão extensiva e concentra-se sobretudo nas áreas já povoadas e em frentes de expansão localizadas ao longo dos novos corredores de transporte. Em contrapartida, grandes inovações se verificam na região. Uma delas é a introdução da agricultura capitalizada, acompanhada da agroindústria da soja.

A produção de soja, por sua vez, avançou para os estados de Roraima, Amazonas, Pará e Tocantins. Segundo Costa (2015), a expansão da soja para os estados amazônicos se deu em virtude do grande estoque de terras que inicialmente foram comercializadas a baixo preço. Dessa forma, a Amazônia é vista como “uma fronteira agrícola imprescindível para o agronegócio”.

A expansão da soja desencadeou algumas tendências na região Norte, tais como: 1) um processo de expulsão dos pequenos agricultores para a periferia da área urbana de cidades produtoras do grão; 2) a instalação de empresas multinacionais que passam a comandar o uso do território, tais como Cargill, Bunge, Multigreen e Agreco; 3) concentração fundiária; 4) valorização de terras; 5) aumento de conflitos pela terra. (COSTA, 2015).

Ao mesmo tempo em que os interesses de grandes empresas estão sendo difundidos pela região, tanto na pecuária, na soja, no desflorestamento para comercialização da madeira, na extração mineral e no polo industrial, há uma outra tendência de formação de Arranjos Produtivos ligados à produção baseada em recursos naturais da região que se dá dentro de uma estrutura de agricultura familiar.

Nos anos 2000, além dos efeitos do *boom* das *commodities* sobre a região, transformações importantes devem ser consideradas, sobretudo aquelas ligadas aos investimentos públicos, via PAC, na região. Esses investimentos, além de interferirem no uso econômico do território e no processo de urbanização, têm impactos ambientais consideráveis, interferem na organização social da população nativa, principalmente indígena, configurando como novos polos de conflitos. Segundo Siqueira (2015),

As operações de extração e mineração são realizadas por meio de associações de grandes empresas internacionais do setor e a Vale (ex-Companhia Vale do Rio Doce/CVRD, privatizada em 1997), sendo beneficiadas pelos ciclos de valorização dos preços internacionais e pela demanda internacional, puxada crescentemente pela China. Essas sub-regiões são responsáveis por grande parte do dinamismo econômico e contrastam com a realidade socioeconômica das demais áreas da macrorregião. Tais setores, principalmente os de mineração, possuem pouca integração econômica intrarregional e maior vinculação com o centro dinâmico do país e com o exterior. No caso da ZFM, seus efeitos têm sido mais importantes na geração de empregos do que no estabelecimento de encadeamentos setoriais na cadeia produtora de bens de consumo duráveis. Os grandes empreendimentos em geração e transmissão de energia elétrica, previstos e em andamento no PAC (usinas hidroelétricas de Santo Antônio do Jirou em Rondônia, Belo Monte no Pará, Ferreira Gomes no Amapá, Santo Antônio do Jari, Amapá e Pará), Ferrovia Norte e Sul, ferrovias, hidrovias dos rios Madeira, Tapajós e Amazonas) por suas dimensões e impactos ambientais e regionais, têm sido os mais relevantes em termos da reconfiguração urbano-regional.

Essa constatação de Siqueira (2015) sinaliza que as intervenções públicas (principalmente os projetos do PAC), a expansão das atividades produtivas ligadas à exportação (mineração e soja) e os programas de incentivo que mantém o Polo Industrial de Manaus, nos 2000, reforçam a tendência já observada em décadas anteriores e que foram destacadas em Becker (2005), IBGE (2008), Macedo (2010), de que a região Norte cria, recria e reforça especializações

produtivas fragmentadas, com baixa conectividade entre si, intensificando a articulação nacional (leia-se com o centro dinâmico da economia brasileira) e com o exterior.

A seguir, no intuito de tentar entender a capacidade das atividades exportadoras de desencadear efeitos dinâmicos sobre o território por elas explorado, destacaremos como as atividades de exportação crescem demasiadamente, alçando a região Norte a uma das principais exportadoras de minério de ferro do país.

3. Análise do Comércio Exterior da Região Norte

Os dados contábeis de comércio exterior do Norte do Brasil podem ser utilizados como indicadores de processos importantes em curso naquela região, dando indícios de como ela se insere no movimento mais geral da economia brasileira na sua dimensão relacionada à inserção comercial externa. Nesse sentido, a utilização dessas informações nos permitirá evidenciar como o crescimento do comércio exterior brasileiro na primeira década dos anos 2000 leva a uma utilização seletiva do território nacional, intensificando a exploração econômica de algumas frações do território. Nos anos 2000, a região Norte do Brasil teve sua inserção na produção de riqueza intensificada, mas não de forma homogênea, à medida que algumas frações do território regional se destacam, sendo elas, em grande medida, aquelas que atendem às demandas da dinâmica do comércio internacional.

Essa maior integração da região aos circuitos internacionais se deve, segundo Macedo (2010, p. 123),

(i) à base de recursos naturais que foi acionada sistematicamente por grandes mineradoras que utilizam seu território como plataforma de extração e exportação, especialmente de minerais não ferrosos; (ii) ao avanço da fronteira agropecuária, especialmente da cultura da soja; (iii) ao papel da Zona Franca de Manaus (atual Polo Industrial de Manaus – PIM) que confere à região uma peculiar condição de importadora, dadas as compras externas de sua indústria de transformação, cuja produção direciona-se prioritariamente ao mercado interno, mas que, recentemente, tem aumentado as vendas externas.

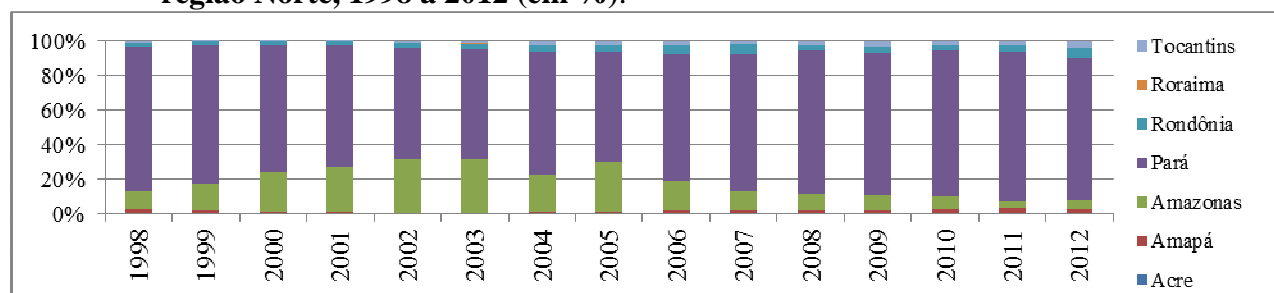
A região, nos anos 2000, continua a apresentar várias especializações produtivas distintas, que se articulam com o país e o exterior de forma distinta, e a inserção externa comercial, em grande medida, reforça essa característica regional. A participação da região Norte no total das exportações brasileiras cresceu sistematicamente nas últimas duas décadas em que o país reforça sua inserção comercial como exportador de *commodities*. Em meados da década de 1990, a participação regional nas exportações brasileiras estava em torno de 5%, em 2000 era de 6%, 6,5% em 2006, 7,5% em 2010 e 7,9% em 2013 (segundo dados da SECEX/MDIC). Os dados de

comércio exterior para as macrorregiões brasileiras mostram que as regiões Sudeste e Sul, que são as maiores exportadoras, perderam participação nacional na década de 2000, o Nordeste manteve sua participação estável e as regiões que tiveram ganhos foram Norte e Centro-Oeste. Os ganhos da região Norte são explicados pela exploração de minérios, principalmente, e o crescimento das exportações da região Centro-Oeste devem-se, predominantemente, à agropecuária.

Dadas as características, já indicadas, da região Norte no que diz respeito às diferentes especializações produtivas, as participações das Unidades da Federação no total de exportações regionais é bastante diferenciada. O Gráfico 1 deixa bem evidente que os estados de Pará, Amazonas e Rondônia são responsáveis por mais de 90% das exportações da região. Dentre elas, o principal estado exportador é o Pará, que se destaca como importante ofertante de minério de ferro, sendo responsável pela produção de quase 40% do minério de ferro exportado pelo país.

A partir de 2004 abre-se um novo ciclo exportador por conta do efeito China que reforça e intensifica uma tendência pré-estabelecida de expansão daquelas áreas com especializações produtivas ligadas à exploração de recursos naturais. Nesse sentido, a participação do estado do Pará nas exportações regionais é crescente a partir de 2006, quando o estado passa a ser responsável por mais de 80% das exportações regionais.

Gráfico 1: Participação das exportações das Unidades da Federação no total de exportação da região Norte, 1998 a 2012 (em %).



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)/MDIC. Elaboração própria.

De uma forma bem menos expressiva, o segundo estado com maior participação nas exportações da região consiste no estado do Amazonas, que teve suas exportações reduzidas após a crise de 2008 e não recuperou os índices anteriores a 2009. O perfil exportador do estado do Amazonas é distinto daquele observado no estado do Pará, dado que há presença de produtos fabricados no Polo Industrial de Manaus (PIM), tais como motocicletas, terminais para aparelhos de celular, lâminas de barbear. Entretanto, percebe-se uma mudança no perfil exportador do estado do Amazonas a partir de 2011 à medida que outras preparações para produção de bebidas passa a ser o principal produto exportado.

Outra tendência observada é a ampliação da participação de Rondônia no total das exportações da região, o que se dá em virtude da ampliação da pecuária e soja, que são os principais

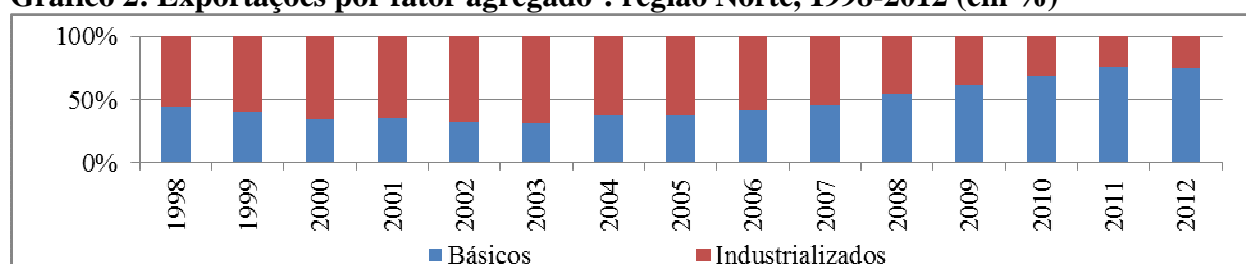
produtos exportados naquele estado. Em 2012 a soja era o quarto produto mais exportado pela região, perfazendo cerca de 5% das exportações regionais.

O Gráfico 2 mostra que houve uma ampliação da participação dos produtos básicos nas exportações da região Norte, o que pode ser explicado, em grande medida, pelo peso da extração mineral do estado do Pará. A região sempre teve uma expressiva participação de produtos básicos na sua pauta exportadora, mas a partir de 2007 essa participação cresce sistematicamente, chegando a 75% em 2012.

Entre os principais produtos exportados pela região estão minérios de ferro, alumina calcinada, outros minérios de cobre, soja, alumínio, carnes desossadas. A participação de minérios de ferro na pauta de exportação da região era de cerca de 20,5% em 2000, apresentando-se em torno de 52% em 2012. Verifica-se, portanto, uma tendência de redução da diversificação da pauta exportadora regional e uma crescente participação do estado do Pará.

Percebe-se, portanto, uma primarização da pauta exportadora da região Norte e, nesse sentido, a análise do saldo comercial desagregando-o por fator de produção indica um superávit comercial regional para produtos básicos e um déficit para produtos industrializados (Gráfico 3). Esse déficit para produtos industrializados pode ser explicado, em grande medida, pela grande dependência de importações para o Polo Industrial de Manaus. O saldo comercial total torna-se superavitário a partir de meados da primeira década dos anos 2000, influenciado pelo superávit de produtos básicos, coincidindo com a elevação da demanda por *commodities* no mercado internacional em grande medida em virtude da dinâmica do mercado chinês.

Gráfico 2: Exportações por fator agregado⁷: região Norte, 1998-2012 (em %)



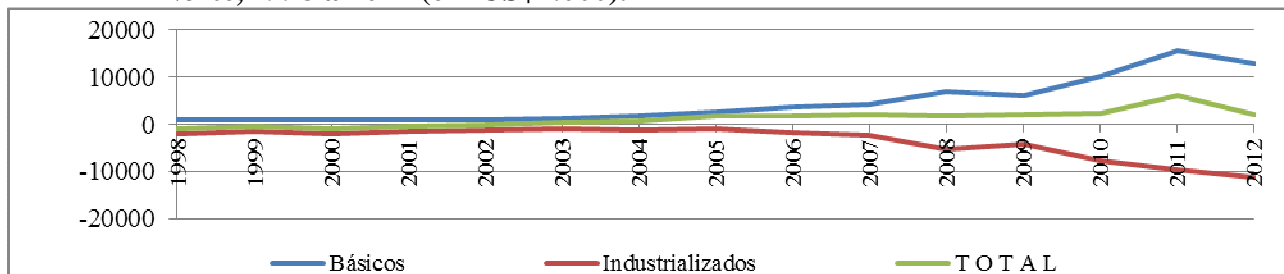
Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)/MDIC. Elaboração própria.

Em 2011 há uma piora na conjuntura internacional, com o aprofundamento da crise do euro e piora dos preços das *commodities*. Esse movimento internacional tem grande influência sobre a região Norte em virtude da sua expressiva conectividade com os fluxos de comércio internacional e pode ser percebido no Gráfico 3. Entre 2011 e 2012 há queda no saldo de produtos básicos,

⁷ Segundo nota metodológica do MDIC, a classificação dos produtos por fator agregado se refere ao seu grau de elaboração. Dessa forma, os produtos básicos são comercializados praticamente da forma como são encontrados na natureza, com baixo grau de elaboração, ao passo que os produtos industrializados passaram por transformações. A nota destaca que dentro da categoria industrializados estão os semimanufaturados, que estão em sua forma intermediária. Os exemplos dados são: açúcar em bruto, óleo de soja em bruto, produtos semimanufaturados de ferro/aço, celulose.

indicando queda nas exportações dos mesmos, enquanto por outro lado há ampliação do déficit dos produtos industrializados. Esse déficit está relacionado principalmente à desvalorização do câmbio e seus rebatimentos sobre os preços dos produtos importados.

Gráfico 3: Saldo comercial total de produtos básicos e de produtos industrializados: região Norte, 1998 a 2012 (em US\$1.000).



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)/MDIC. Elaboração própria.

No ano de 2000, a China era o décimo terceiro país de destino das exportações da região, à medida que apenas 2,16% das exportações da região tinham como destino aquele país. Em 2003, a China era o quarto país de destino das exportações da região Norte, posição que esteve em terceiro lugar entre 2004 e 2008 e a partir de 2009 passou para primeiro lugar, adquirindo cerca de um terço das exportações regionais.

A integração da região Norte a esse movimento de ampliação das relações mercantis com o exterior é promovida por um pequeno número de grandes empresas, que impõe sua lógica de acumulação de capital ao uso do território. A Vale do Rio Doce amplia sistematicamente sua participação chegando a ser responsável por cerca de 66% das exportações regionais em 2011, o que revela o grande poder de mercado que essa empresa tem, com estratégias de expansão de produção em uma estrutura de mercado altamente concentrada.

A forma como o país se insere nos circuitos de valorização do capital em uma escala transnacional, apontada neste artigo a partir do estudo das relações mercantis internacionais, traz em si uma grande vulnerabilidade às frações do território nacional que são capturadas por esse processo. No caso da região ora em pauta, percebe-se uma intensificação do uso do território para atividades extrativas, que degradam o ambiente e aumentam a vulnerabilidade desses espaços à dinâmica da economia internacional.

4. Estrutura Produtiva, Emprego e Renda na Região Norte

4.1. Estrutura Produtiva

Este subitem tem como propósito apreender possíveis efeitos das atividades de comércio exterior sobre a estrutura produtiva. No que se refere à composição setorial do Valor Adicionado Bruto (VAB) da região, a Tabela 2 ilustra que entre os anos de 2002 e 2012 houve uma elevação da

participação da indústria no Valor Adicionado Bruto (VAB). Entretanto, foi no período 2002 a 2010 que a tendência de ampliação desse setor foi mais significativa, o que nos dá indícios de que o setor industrial, que abrange a indústria extrativa mineral, pode ter sido afetado pelos efeitos da crise internacional, que entrou em uma fase crítica em 2011.

Tabela 2: Composição Setorial do Valor Adicionado Bruto (em %), Brasil, Região Norte e Estados, 2002, 2008, 2010 e 2012.

Unidades da Federação	2002			2008			2010			2012		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
Brasil	6,6	27,1	66,3	5,9	27,9	66,2	5,3	28,1	66,6	5,3	26,0	68,7
Norte	12,1	29,5	58,4	10,0	30,7	59,3	9,6	34,1	56,3	10,0	30,0	60,0
Rondônia	19,7	13,9	66,4	23,0	12,4	64,6	21,5	14,6	63,9	20,5	18,3	61,2
Acre	17,0	10,6	72,4	18,6	12,4	69,0	18,9	14,3	66,8	18,3	11,9	69,8
Amazonas	7,2	44,2	48,6	5,4	41,4	53,2	6,2	43,9	49,9	7,4	36,7	55,9
Roraima	9,9	11,9	78,2	6,4	12,7	80,8	4,7	13,0	82,2	4,7	11,2	84,1
Pará	12,5	30,0	57,5	7,1	36,3	56,6	6,6	41,4	52,0	7,2	37,6	55,2
Amapá	4,2	12,8	83,0	3,8	9,4	86,8	3,2	10,0	86,8	3,2	10,8	85,9
Tocantins	20,6	23,3	56,1	20,8	23,6	55,6	18,1	25,4	56,5	16,3	19,2	64,4

Fonte: Contas Regionais, IBGE. Elaboração própria.

Em relação ao setor agropecuário, apenas o estado do Amapá não apresentou peso desse setor no VAB estadual superior à média nacional. Nos estados de Rondônia, Acre e Tocantins, o peso do setor agropecuário é bastante superior ao peso desse setor para o país, o que é explicado, para os estados de Rondônia e Tocantins, pela expansão da agropecuária e da soja para exportação, confirmando a tendência de expansão da fronteira agrícola e pecuária na região (Tabela 2).

A análise do setor industrial revela uma ampliação do peso desse setor para a região até 2010. Os dois estados que se destacaram foram Amazonas e Pará, entretanto esses estados possuem estruturas produtivas bastante distintas: enquanto o estado do Amazonas se destaca em virtude da indústria de transformação do Polo Industrial de Manaus (PIM), a indústria do estado do Pará tem predominância da indústria extrativa.

Nesse sentido, em termos de estrutura produtiva, os principais efeitos decorrentes da inserção comercial na região Norte podem estar relacionados ao elevado peso do setor agropecuário no VAB nos estados de Rondônia e Tocantins e da indústria extrativa no Pará (Tabela 2).

Em uma análise desagregada dos dados que subsidiaram a elaboração da Tabela 2, percebe-se que a indústria extrativa, entre 2002 e 2008, ampliou sua participação no VAB do estado do Pará em 7,4 pontos percentuais. Entre 2008 e 2010 o crescimento desse setor foi ainda mais intenso, ampliando seu peso em 10 pontos percentuais uma vez que em 2010 esse setor era responsável por 23,5% do VAB estadual.

Em relação à participação no VAB nacional (Tabela 3), os efeitos das atividades de exportação também podem ser identificados: a região Norte amplia a participação no VAB agropecuário nacional e no VAB industrial nacional. Isso mostra uma tendência à desconcentração regional dessas atividades em virtude da expansão da fronteira agrícola e extrativa em decorrência, em grande parte, dos estímulos do aumento da demanda internacional.

Uma análise desagregada das Unidades da Federação indicam ganhos na participação nacional no que se refere ao setor agropecuário nos estados de Rondônia, Acre, Amazonas e Tocantins. Do ponto de vista industrial, o estado do Amazonas praticamente mantém sua participação nacional no VAB industrial, mas mostra uma tendência de queda em 2012. O estado do Pará, em virtude da expansão da extração mineral, amplia sua participação no VAB industrial nacional, passando de 2% em 2002 para 3,2% em 2012 (Tabela3).

As tendências apresentadas a partir da análise do VAB ajudam a explicar informações ilustradas na Tabela 1 (apresentada anteriormente na página 6). A região Norte, enquanto uma região de expansão de fronteira agropecuária e de extração mineral, foi uma das regiões que ampliou participação na geração de riqueza nacional. Por outro lado, as Tabelas 2 e 3 indicam que a estrutura produtiva da região é uma estrutura com baixa participação relativa de uma indústria de transformação mais complexa, exceto a indústria incentivada do PIM.

Tabela 3: Participação da região Norte e das Unidades da Federação no VAB nacional por setor de atividade

Unidades da Federação	2002			2008			2010			2012		
	Agrope-cuária	Indús-tria	Servi-ços	Agrope-cuária	Indús-tria	Servi-ços	Agrope-cuária	Indús-tria	Servi-ços	Agrope-cuária	Indús-tria	Servi-ços
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	8,8	5,2	4,2	8,9	5,8	4,7	10,0	6,7	4,7	10,2	6,3	4,8
Rondônia	1,6	0,3	0,5	2,4	0,3	0,6	2,6	0,3	0,6	2,7	0,5	0,6
Acre	0,5	0,1	0,2	0,8	0,1	0,3	0,9	0,1	0,2	0,8	0,1	0,2
Amazonas	1,6	2,3	1,0	1,3	2,2	1,2	1,8	2,4	1,2	2,0	2,0	1,1
Roraima	0,3	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2
Pará	3,4	2,0	1,6	2,4	2,7	1,7	2,7	3,2	1,7	3,0	3,2	1,8
Amapá	0,2	0,1	0,3	0,2	0,1	0,3	0,1	0,1	0,3	0,2	0,1	0,3
Tocantins	1,2	0,3	0,3	1,6	0,4	0,4	1,7	0,4	0,4	1,5	0,4	0,4

Fonte: Contas Regionais, IBGE. Elaboração própria.

Com base nos dados de Valor da Transformação Industrial (VTI) da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE (Tabela 4), vemos que houve uma modificação na composição do VTI para a

região, com significativa ampliação do peso da indústria extrativa na composição industrial⁸. Essas informações evidenciam um impacto do aumento das atividades exportadoras (processo já identificado no Gráfico 1 e nas Tabelas 2 e 3).

Na Tabela 4, identifica-se que as atividades de exportação estão tendo um efeito significativo sobre a estrutura produtiva regional dada a crescente participação da indústria extrativa na composição do VTI, embora essa informação agregada oculte as distintas realidades presentes no Norte do país. Em 1996 a participação da indústria extrativa no VTI regional era de apenas 9,3%. A partir de 2004 há uma trajetória de crescimento contínuo até 2011, quando alcança 40,6%.

A ampliação da participação da indústria extrativa na região se deve ao estado do Pará uma vez que essa atividade, em 2007, correspondia a 40% do VTI do estado, passando a 60% em 2009, 78% em 2010 e 80% em 2011. Em 2012 cerca de 77,2% do VTI do estado do Pará era proveniente da indústria extrativa. Isso revela que grande parte das transformações espaciais ocorridas no estado nos últimos anos é comandada pela indústria extrativa que, por sua vez, é uma atividade econômica com uma estrutura de mercado altamente concentrada.

Tabela 4: Participação da Indústria Extrativa e da Indústria de Transformação no VTI da região Norte do Brasil, 1996-2012 (em %).

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Indústria Extrativa	9,3	10,5	13,9	16,7	13,7	15,8	15,3	14,1	17,2	18,6	16,6	16,1	22,6	22,8	36,9	40,6	36,9
Indústria de Transformação	90,7	89,5	86,1	83,3	86,3	84,2	84,7	85,9	82,8	81,4	83,4	83,9	77,4	77,2	63,1	59,4	63,1

Fonte: PIA – IBGE.

Por outro lado, no que se refere à indústria de transformação, predomina na região grande presença da indústria produtora de alimentos e bebidas, produtos de madeira e minerais não metálicos. Trata-se de uma estrutura produtiva de baixa complexidade, com grande relação com os recursos naturais regionais no caso de alimentos e produtos de madeira. A expansão da fabricação de produtos minerais não metálicos, que foi uma tendência nacional também, está relacionado aos efeitos da dinâmica da construção civil sobre a indústria de transformação.

⁸ Os dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) são organizados com base na Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) na qual a indústria extrativa compreende a extração de carvão mineral; extração de petróleo; extração de minerais metálicos (minérios de ferro e minerais metálicos não ferrosos); minerais não metálicos. Na classificação das atividades de comércio exterior por fator agregado, apresentado no item anterior, a indústria extrativa insere-se nos itens básicos. A indústria de transformação engloba: alimentos, bebidas, fumo, têxteis, vestuário e acessórios, couro e calçados, madeira, celulose, papel, papelão, edição, impressão e reprodução de gravação, coque, refino de petróleo e produção de álcool; químico; farmacêutico; plástico; produtos de minerais não metálicos; metalurgia básica; produtos de metal; máquinas e equipamentos; máquinas para escritório e equipamentos de informática; máquinas, aparelhos e materiais elétricos; material eletrônico e equipamentos de comunicação; instrumentação médico-hospitalar, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetro e relógios; montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias; outros equipamentos de transporte; móveis e indústrias diversas; reciclagem.

O único estado que não segue essa estrutura produtiva industrial é o Amazonas, no qual a indústria de transformação tem grande peso no VTI estadual, cifra que fica em torno de 95% no período 2007-2012. Destaca-se, no VTI do estado do Amazonas, a produção incentivada do PIM e os produtos com maior peso na estrutura industrial estadual são informática, eletrônicos e ópticos e outros equipamentos de transportes.

4.2. Emprego e Renda

Para apreender possíveis mudanças no mercado de trabalho na região Norte utilizamos os microdados da PNAD/IBGE sobre o trabalho assalariado, com e sem carteira, e seus rendimentos (em salários mínimos). Como a referida pesquisa não abrangia o setor rural da região Norte nos anos 2002 e 2003, não analisamos os dados para esses dois anos – lembrando também que não houve a PNAD de 2010 por ser o ano de realização do Censo Demográfico.

Os dados da Tabela 5 nos permitem inferir que a expansão das atividades de exportação não necessariamente teve impactos significativos sobre a capacidade de absorção de mão de obra. No que se refere ao setor agropecuário, um dos setores que cresceu em virtude da expansão da fronteira agrícola e em grande medida está relacionado à expansão da soja para exportação, entre 2004 e 2012 apresentou perda de participação no total de assalariados na região, passando de 12,9% do total de assalariados para 10,5% em 2012. A despeito disso, essa informação evidencia a importância do emprego agropecuário para a região Norte, visto que o emprego no setor agropecuário tem uma menor participação relativa (8,0%, em 2012)⁹ no total nacional dos assalariados.

Tabela 5: Composição setorial do trabalho assalariado (com carteira e sem carteira): Região Norte, 2004 a 2012. (em %)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Agropecuária	12,9	10,7	10,9	9,9	9,7	10,5	11,4	10,5
Indústria Extrativa	0,8	0,7	0,9	0,8	0,9	0,7	0,9	1,1
Indústria transformação	17,1	16,4	17,3	16,6	15,1	13,8	11,9	12,0
SIUP ^(a)	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,6
Indústria da Construção	6,8	8,0	7,5	8,2	9,9	9,2	9,8	10,8
Comércio	18,0	19,1	19,7	20,2	21,4	21,4	20,6	21,4
Serviços	37,9	38,2	37,2	37,7	37,1	37,9	39,0	37,4
Administração pública	5,5	6,0	5,7	5,7	5,0	5,4	5,5	6,1
Atividades mal definidas	0,1	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0
TOTAL GERAL	100	100	100	100	100	100	100	100

(a) SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

⁹ A comparação das informações da região Norte com os dados/médias do Brasil o fazemos sem apresentar dados/tabelas para o Brasil em virtude de não ser esse o escopo da análise e que ocuparia muito espaço desnecessário, mas os dados do Brasil os elaboramos da mesma forma que o fizemos para a região Norte.

No que se refere à extração mineral (indústria extrativa), setor que provoca as mais significativas mudanças em termos de estrutura produtiva, percebe-se que o impacto dessas atividades não foi tão expressivo em termos de geração de emprego. A análise dos dados da Tabela 5 revela que a indústria extrativa pouco ampliou sua participação no total de trabalho assalariado, passando de 0,8% em 2004 para 1,1% (acima da média nacional, 0,7%) em 2012. Esses dados indicam que a atividade extrativa mineral, que teve sua produção ampliada, voltada para a exportação, não teve impactos tão relevantes, comparativamente a outras atividades econômicas, na capacidade de geração de postos de trabalho na região. Isso se deve ao fato de ser uma atividade com baixos encadeamentos intersetoriais e intensiva em capital, não em mão de obra.

A indústria de transformação perdeu participação no total de assalariados, passando de 17,1% em 2004 para 12,0% em 2012, proporção inferior à média brasileira visto que, em 2012, 19,3% da mão de obra assalaria nacional estava emprega nesse setor.

Construção Civil e Comércio, atividades que não necessariamente estão conectadas ao mercado externo, foram as atividades que ampliaram sua importância no trabalho assalariado total, tendo grande articulação com o mercado interno regional e seguindo o ciclo de fortalecimento do mercado interno nacional.

O setor agropecuário consiste no setor com a segunda menor capacidade de geração de postos de trabalho formais na região (Tabela 6). Em 2012, apenas 21% dos assalariados do setor agropecuário tinham relações de trabalho formais com carteira assinada. Esse grau de formalização é baixo em comparação ao Brasil, dado que na agropecuária nacional, em 2012, cerca de 40% da força de trabalho assalariada tinha carteira assinada.

Tabela 6: Participação relativa de empregados com carteira no total de assalariados, por atividade econômica: Região Norte, 2004 a 2012. (em %)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Agropecuária	15,5	15,9	17,4	17,2	24,0	17,7	22,4	21,1
Indústria Extrativa	66,4	72,6	62,8	78,5	84,5	78,0	70,3	72,7
Indústria transformação	66,7	66,1	65,7	65,8	69,7	69,8	70,8	74,9
SIUP ^(a)	83,5	79,2	84,7	86,9	80,1	85,7	86,2	82,1
Indústria da Construção	44,8	45,5	46,1	48,5	49,9	54,2	55,9	59,0
Comércio	55,4	54,7	56,4	54,7	57,9	61,8	64,5	64,8
Serviços	28,2	29,5	30,4	31,6	34,7	33,1	39,1	38,6
Administração pública	19,7	20,2	19,3	23,7	26,1	16,9	24,0	17,5
Atividades mal definidas	8,5	-	-	42,4	14,7	18,6	61,7	28,2
Total	39,5	40,3	41,4	42,3	45,7	44,5	47,7	48,3

(a) SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

Na indústria extrativa mineral, entre 2004 e 2008, houve ampliação em dezoito pontos percentuais da mão de obra com carteira no total de assalariados. Essa tendência se reverte após 2009, a partir de quando se observa uma queda no grau de formalização da força de trabalho passando de 78% naquele ano para 72% em 2012. Em comparação com a média nacional, observa-se que o grau de formalização da força de trabalho assalariada na região é menor que nacional, em que cerca de 87,0% dos trabalhadores tinham carteira assinada na indústria extrativa em 2012.

Como mais uma forma de cumprir com o objetivo deste artigo, que consiste em avaliar em que medida o aprofundamento da conexão da região Norte com o exterior – que se dá primordialmente via intensificação do uso do território na atividade extrativa mineral e na agropecuária – tem efeitos sobre a estrutura produtiva, emprego e renda, as Tabelas 7 a 10 apresentam, para as respectivas atividades, a distribuição dos assalariados *com* carteira e *sem* carteira por faixas de rendimento (em salários mínimos).

Pode-se extrair da Tabela 7 a informação de que houve uma ampliação dos assalariados *com* carteira com remuneração acima de um até três salários mínimos – 22,0% dos trabalhadores formais com vínculos em empresas de extração mineral na região Norte tinham, em 2004, rendimento acima de um até três salários mínimos, ao passo que, em 2012, essa participação havia se elevado para 38,9%. Por outro lado, houve uma tendência de redução do contingente de trabalhadores formais com rendimentos acima de três até dez salários, sendo que a participação de trabalhadores nessa faixa de rendimento caiu de 73,2% em 2004 para 53,1% em 2012.

Tabela 7: Evolução da participação relativa dos assalariados com carteira ocupados na indústria extrativa da região Norte, segundo faixas de rendimento (em salários mínimos), 2004 a 2012.

Faixas de Rendimento (em sal. min.)	2004 (%)	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)	2008 (%)	2009 (%)	2011 (%)	2012 (%)
0 a 1 s.m.	0,0	1,2	4,2	1,2	7,5	7,7	3,5	4,4
1,1 a 2 s.m.	9,8	4,8	25,3	17,3	10,3	11,5	17,4	21,1
2,1 a 3 s.m.	12,2	11,2	13,7	20,0	17,5	22,3	34,1	17,8
3,1 a 5 s.m.	26,4	39,3	33,6	46,2	33,6	35,2	24,3	35,8
5,1 a 10 s.m.	46,8	43,6	22,2	13,8	31,1	23,3	18,3	17,3
10,1 ou mais s.m.	4,8	0,0	1,0	1,4	0,0	0,0	2,4	3,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

Quando se considera apenas os assalariados *sem* carteira ocupados na indústria extrativa (Tabela 8), observa-se uma redução da participação relativa do conjunto de trabalhadores com rendimento acima de um até três salários mínimos – em 2004 correspondiam a 54,7% dos assalariados sem carteira, reduzindo-se para 45,7% em 2012. Numa trajetória semelhante, o contingente de trabalhadores com rendimento acima de três até dez salários mínimos registrou queda da sua participação relativa no total dos assalariados sem carteira, deixando uma posição de

33,0%, em 2004, para chegar a 22,5%, em 2012. O único grupo de trabalhadores que não experimentou redução em sua participação relativa dentro do conjunto dos assalariados sem carteira, foi o que auferiu rendimento de até um salário mínimo – contudo, convém observar que, comparativamente com o grupo dessa mesma faixa, entre os assalariados *com* carteira (Tabela 7), os *sem* carteira dessa faixa de rendimento registram uma participação relativa bem mais expressiva, demonstrando a importância da formalização para garantir melhor remuneração (acima de um salário mínimo).

Tabela 8: Evolução da participação relativa dos assalariados sem carteira ocupados na indústria extrativa da região Norte, segundo faixas de rendimento (em salários mínimos), 2004 a 2012.

Faixas de Rendimento (em sal. min.)	2004 (%)	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)	2008 (%)	2009 (%)	2011 (%)	2012 (%)
0 a 1 s.m.	12,3	27,3	31,0	45,1	31,0	21,4	12,4	31,8
1,1 a 2 s.m.	40,4	39,9	31,6	41,6	31,5	42,1	25,9	37,7
2,1 a 3 s.m.	14,3	10,8	24,8	3,0	17,2	30,6	15,4	8,0
3,1 a 5 s.m.	25,7	0,0	7,4	6,5	5,9	0,7	5,7	22,5
5,1 a 10 s.m.	7,3	8,8	5,2	3,9	14,4	5,2	32,8	0,0
10,1 ou mais s.m..	0,0	13,2	0,0	0,0	0,0	0,0	7,8	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

Essas informações (Tabelas 7 e 8) revelam que, além dos limites para ampliação de postos de trabalho, o trabalho assalariado na indústria extrativa tem sido gerado, tendencialmente, para faixas de remunerações inferiores, revelando que parte menos expressiva dos excedentes gerados nessa atividade econômica é apropriada por esses trabalhadores da região Norte. Dessa forma, observa-se que as economias extrativas possuem grandes nexos com o exterior, são comandadas por poucas empresas, porém, possuem limites para geração de massa de renda que seja incorporada aos circuitos econômicos da região em termos da parcela da renda que é apropriada pelos trabalhadores e que é consumida nas economias locais.

Em relação aos rendimentos dos assalariados no setor agropecuário da região Norte – que, como exposto anteriormente, expandiu, juntamente com a indústria extrativa, a sua participação no PIB nacional – a Tabela 9 mostra que entre os assalariados *com carteira*, praticamente em todo o período analisado, os rendimentos concentram-se entre os trabalhadores na faixa de até dois salários mínimos – ou seja, em 2012, 86,8% dos assalariados formais distribuídos entre os que recebiam até um salário mínimo (37,2%) e os que recebiam acima de um até dois salários mínimos (49,6%).

Tabela 9: Evolução da participação relativa dos *assalariados com carteira* ocupados na agropecuária da região Norte, segundo faixas de rendimento (em salários mínimos), 2004 a 2012.

Faixas de Rendimento (em sal. min.)	2004 (%)	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)	2008 (%)	2009 (%)	2011 (%)	2012 (%)
0 a 1 s.m.	31,9	37,5	34,5	39,9	37,8	36,2	0,5	37,2
1,1 a 2 s.m.	48,0	50,4	50,1	51,6	47,7	48,2	72,1	49,6
2,1 a 3 s.m.	13,6	6,9	11,8	5,6	10,8	13,3	18,2	7,7
3,1 a 5 s.m.	5,1	4,7	2,3	2,4	3,0	1,3	4,3	3,8
5,1 a 10 s.m.	1,4	0,0	0,3	0,5	0,0	0,9	4,6	1,7
10,1 ou mais s.m..	0,0	0,5	1,0	0,0	0,7	0,0	0,4	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

A Tabela 10, por sua vez, registra o comportamento dos rendimentos dos assalariados *sem carteira* na agropecuária da região Norte. Comparativamente ao observado entre os assalariados *com carteira* (Tabela 9), entre os *sem carteira* observa-se, também praticamente em todo o período analisado, uma concentração ainda maior dos trabalhadores com rendimentos até dois salários mínimos – em 2012, esse grupo de assalariados atingia 95,9% dos *sem carteira*, sendo que, desse percentual, 73,3% concentravam-se entre os trabalhadores da faixa de rendimentos de até um salário mínimo; revelando, mais uma vez, analogamente ao caso dos trabalhadores da indústria extrativa, a importância da formalização para elevar os rendimentos.

Tabela 10: Evolução da participação relativa dos *assalariados sem carteira* ocupados na indústria extrativa da região Norte, segundo faixas de rendimento (em salários mínimos), 2004 a 2012.

Faixas de Rendimento (em sal. min.)	2004 (%)	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)	2008 (%)	2009 (%)	2011 (%)	2012 (%)
0 a 1 s.m.	60,5	64,9	70,8	69,0	65,9	74,6	62,4	73,3
1,1 a 2 s.m.	32,4	31,1	26,5	28,6	30,6	22,3	33,0	22,6
2,1 a 3 s.m.	3,3	2,2	1,8	1,4	2,2	1,3	3,1	2,3
3,1 a 5 s.m.	2,2	1,4	0,4	0,6	0,7	1,6	0,9	1,7
5,1 a 10 s.m.	1,4	0,1	0,5	0,4	0,6	0,1	0,6	0,1
10,1 ou mais s.m.	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

Observa-se, portanto, que a agropecuária, apesar de sua expressiva expansão, capitaneada pela soja e amparada em aprofundamento da mecanização – o que pode resultar em modificação do perfil dos trabalhadores ampliando sua qualificação e formalização –, não ampliou significativamente a participação dos empregos formais (Tabela 6). Ademais, a despeito de exibir uma participação mais expressiva na absorção de mão-de-obra comparativamente à indústria extrativa, como se pôde ver na Tabela 5, não amplia os rendimentos pagos para faixas superiores a

dois salários mínimos. Nesse sentido, o setor agropecuário também apresenta limitações para uma maior apropriação pelos trabalhadores dos excedentes gerados no setor.

Considerações Finais

Este artigo buscou contribuir para interpretações que busquem examinar quais são os efeitos das atividades de comércio exterior sobre a estrutura produtiva da região Norte do Brasil. Foi possível identificar a ampliação das atividades extrativas e agropecuárias para exportação e seus impactos sobre a estrutura produtiva regional. Verificou-se, portanto, que o comércio exterior gera importantes pontos de dinamismo na região, com significativas modificações na estrutura produtiva ilustradas pelo avanço da agropecuária e da extrativa mineral na região, assim como a ampliação da participação regional nesses setores em termos nacionais. A região Norte do país ampliou sua participação no VTI nacional, ao passo que a indústria extrativa ampliou sua participação na indústria da região e no PIB nacional referente a essa atividade.

Podemos destacar pelo menos três contribuições desse artigo para o estudo da região Norte do Brasil dentro de uma perspectiva do desenvolvimento regional: a primeira consiste em identificar que, nos anos 2000, as atividades exportadoras reforçam a conexão da região com o exterior contribuindo para a característica de uma região com pontos de dinamismo que não necessariamente se articulam entre si; a segunda foi no sentido de perceber que, em decorrência da primeira consideração, a região tem expressiva vulnerabilidade à dinâmica do comércio internacional; a terceira contribuição foi a de mostrar que as atividades de maior dinamismo no mercado internacional possuem baixa capacidade de geração de emprego, principalmente a atividade extrativa mineral que, por sua vez, também apresenta limites para geração de postos de trabalho com alta remuneração. As atividades agropecuárias, mais do que a extrativa mineral, geram postos de trabalho majoritariamente concentrados em faixas de remuneração baixas, de até dois salários mínimos.

A tendência de vulnerabilidade da economia da região em relação ao mercado internacional é evidenciada quando se observa os dados de exportação. A partir de 2011, quando os problemas decorrentes da crise econômica internacional se intensificam e os preços das *commodities* caem, a participação da região Norte nas exportações nacionais mostra uma tendência de queda, passando de 8,1% em 2011 para 7,3% em 2012 e 6,9% em 2015. A partir de 2011, percebe-se também uma queda do saldo comercial para produtos básicos e uma ampliação do déficit comercial para produtos industrializados na região.

No que se refere à estrutura produtiva, essa vulnerabilidade da economia da região Norte ao movimento da economia internacional pode ser percebido na indústria extrativa que, de 2004 a

2011, amplia sua participação de no VTI de 17% para 40,6%, apresentando queda em 2012 voltando a 36,9% do VTI regional.

A análise das transformações no emprego e na renda revela uma baixa capacidade para geração de empregos para alguns ramos e ampliação da participação de trabalhadores em faixas mais inferiores de remuneração, revelando entraves para que haja difusão dos efeitos, no território, do crescimento econômico guiado pelo comércio externo, no sentido de uma difusão para o conjunto da população, particularmente a assalariada. Dessa forma, o artigo aponta para a necessidade do planejamento regional para que as políticas não sejam voltadas apenas para a atividade produtiva e para as empresas, mas sim para o território no sentido de se pensar como utilizá-lo e quais serão os efeitos sobre a população que forma, conforma, vive e sobrevive no território.

Foge ao escopo deste artigo a análise da qualidade desses empregos e os efeitos sobre aqueles municípios da região que são capturados pelo processo de exploração de minério de ferro e agropecuária, mas novos estudos devem ser feitos no sentido de apreender de forma mais detalhada as transformações socioeconômicas, o impacto ambiental, o impacto sobre as cidades, decorrentes dessas atividades voltadas para a exportação.

Referências Bibliográficas

BECKER, BERTA. Amazônia: desenvolvimento e soberania. In. Rezende, F.; Tafner, P. (org.). **Brasil - o Estado de uma Nação**. Rio de Janeiro: IPEA: 2005. p.199-250.

CANO, W. **Desconcentração Produtiva Regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo, UNESP, 2008.

_____. Nova s Determinações Sobre a s Questões Regional e Urbana Após 1980. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, nº 2, p. 27-53, novembro de 2011.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise. A economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARNEIRO, Ricardo. Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva. **Texto para Discussão**. Campinas: UNICAMP/IE, nº153, 2008.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. Sojicultura e mercado de terras na Amazônia. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 19, n. 1, p. 173-185, jan./jun. 2015

DINIZ, Clélio Campolina & CROCCO, Marco Aurélio. Reestructuración Económica e Impacto Regional: el nuevo mapa de la industria bralileña. In MATTOS, Carlos A.; NICOLÁS, Daniel Hiernaux; BOTERO, Dario Restrepo (coord.) (1998). **Globalización y Territorio. Impactos e Perspectivas**. Santiago – Chile, PUC/Instituto de Estudio Urbanos,1998.

DINIZ, C. C. A Nova Configuração Urbano-Industrial no Brasil. In KON, Anita (org.). **Unidade e fragmentação – a questão regional no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Regionais, Brasil – 2011**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2011>, acesso em junho de 2014.

IBGE. *Regiões de Influência das Cidades*. IBGE: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/arquivos/regic_28.pdf.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Industrial Anual – Empresa**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas>, acesso em fevereiro de 2016.

MACEDO, F. M. **Inserção Externa e Território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional urbana e regional do Brasil (1989-2008)**. Campinas: IE-UNICAMP, Tese de Livre Docência, 2010a.

_____. Inserção Comercial externa e dinâmica territorial no Brasil. **REDES**. Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 3, p. 89-114, set./dez., 2010.

_____. Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil: especialização regressiva e desconcentração produtiva regional. **Informe Gepec**. Toledo, v. 15, n. 1, p. 82-98, jan./jun., 2011

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Estatísticas de Comércio Exterior. Balança Comercial Brasileira: Unidades da Federação**. Disponível em <http://mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>, acesso em fevereiro de 2016.

PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da Nação**. Campinas; Unicamp, IE, 1998.

SIQUEIRA, Novo desenvolvimentismo e dinâmica urbano-regional no Brasil (2004-2012). **Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos e Regionales**. V. 41, nº 122, p. 261-277, janeiro de 2015.